**ANEXO I**

**REQUERIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO DE RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**

|  |
| --- |
| **1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**  |
| 1.1 Nome: | 1.2 CNPJ/CPF: |
| 1.3 Endereço: | 1.4 Bairro: |
| 1.5 Município: | 1.6 UF: | 1.7 CEP: |
| 1.8 Telefone(s): | 1.9 e-mail: |
| 1.10 Proprietário do Imóvel ( ) Arrendatário ( ) Comodatário ( ) Outro: |
| **2. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL MATRIZ** |
| 2.1 Denominação: | 2.2 Área total (ha):  |
| 2.3 Área pendente de Reserva Legal (ha): |  |
| 2.4 Município:  | 2.5 INCRA (CCIR) |
| 2.6 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: Livro: Folha: Comarca: |
| 2.7 Nº registro da Posse no Cartório de Notas: Livro: Folha: Comarca:  |
| 2.8 Nº do Protocolo de Inscrição do Imóvel no SICARMG: |
| 2.9 Nº do Recibo de Inscrição do Imóvel no CAR: |
| 2.10 Bacia hidrográfica:  |
| 2.11 Coordenada plana (UTM) (X) (Y) , Datum \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Fuso \_\_\_\_\_\_\_\_\_, |
| **3. BIOMA** |
| Caatinga ( ) Cerrado ( ) Mata Atlântica ( )  |
| **4. REGULARIZAÇÃO DE RESERVA LEGAL** | Qtde | Unidade |
| 4.1 Regeneração Natural |  |  |
| 4.2 Recomposição |  |  |
| 4.3 Compensação: |  |  |
| 4.3.1 Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação - CRLUC |  |  |
| 4.3.2 Aquisição de Cota de Reserva Ambiental – CRA |  |  |
| 4.3.3 Arrendamento sob regime de servidão ambiental ou Reserva Legal |  |  |
| 4.3.4 Cadastramento de outra área equivalente e excedente à Reserva Legal em imóvel de mesma titularidade ou adquirida em imóvel de terceiros (Compensação Simples)  |  |  |
| **5. DECLARAÇÃO** |
| “Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas são verdadeiras.” ......................................................................, ...............de .....................................de................ ................................................................................Assinatura do Requerente |
| **6. DOCUMENTAÇÃO**  |
| **6.1 DOCUMENTAÇÃO MODALIDADE CRLUC:** |
| 6.1.1 REQUERENTE |
|  | Requerimento para Regularização de Reserva Legal em Unidade de Conservação |
| **Pessoa física:**  |
|  | Carteira de Identidade e CPF; |
|  | Comprovante de residência; |
|  | Certidão de casamento expedida há no máximo 90 (noventa) dias, se o requerente for casado; |
|  | Certidão de nascimento expedida há no máximo 90 (noventa) dias, se o requerente for solteiro; |
|  | Declaração de existência de união estável; |
|  | Autorização do cônjuge ou companheiro para doar bem imóvel que possa vir a integrar o patrimônio comum do casal, se o requerente mantiver vínculo com aquele sob o regime de comunhão de bens; |
|  | Instrumento público de procuração com poderes especiais e expressos para alienar bem imóvel, acompanhado de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador, nos casos em que o requerente for representado por procurador; |
|  | Certidões negativas de feitos expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, comum e especial, e pela Justiça do Trabalho; |
|  | Certidão negativa expedida pela Receita Federal; |
|  | Certidão negativa de débitos trabalhistas, expedida por meio do sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST; |
|  | Comprovante de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou declaração de que não é empregador; |
|  | Certidão negativa do cartório distribuidor de protestos. |
| **Pessoa jurídica:** |
| **De direito privado** |
|  | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; |
|  | Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores; |
|  | Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de comprovante de diretoria em exercício; |
|  | Cópia da Carteira de Identidade, CPF e comprovante de endereço do representante legal; |
|  | Comprovante de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; |
|  | Comprovante de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; |
|  | Registro comercial, no caso de empresa individual; |
|  | Instrumento público de procuração com poderes especiais e expressos para alienar bem imóvel, acompanhado de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador, nos casos em que o requerente for representado por procurador; |
|  | Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; |
|  | Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública; |
|  | Comprovante de regularidade de tributos federais e ausência de inscrição em dívida ativa da União; |
|  | Comprovante de regularidade perante a Fazenda Estadual de Minas Gerais; |
|  | Comprovante de regularidade perante a Fazenda Municipal, do respectivo município onde está instalada a pessoa jurídica; |
|  | Certidão negativa do cartório distribuidor de protestos; |
|  | Certidão negativa de feitos expedida pela Justiças Estadual, Federal e do Trabalho; |
|  | Certidão negativa de débitos trabalhistas, expedida por meio do sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST; |
|  | Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, em caso de pessoa jurídica de direito privado registrada nesse órgão; |
|  | Certidão de inteiro teor expedida pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em caso de pessoa jurídica de direito privado. |
| **De direito público** |
|  | Lei autorizativa; |
|  | Termo de posse do prefeito municipal, ou de quem seja competente para alienar imóvel pertencente ao patrimônio do requerente; |
|  | Instrumento público de procuração com poderes especiais e expressos para alienar bem imóvel, acompanhado de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador, nos casos em que o requerente for representado por procurador; |
|  | Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; |
|  | Comprovante de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; |
|  | Comprovante de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. |
| **Observação:** Nos casos de doação em condomínio deverá constar a documentação referente a cada condômino. |
| **6.1.2 IMÓVEL MATRIZ** |
|  | Protocolo de Inscrição Estadual no SICARMG; |
|  | Recibo de Inscrição do Imóvel no CAR;  |
|  | Certidão de Inteiro Teor do Cartório de Registro de Imóveis atualizada emitida no máximo há 30 dias;  |
|  | Planta georreferenciada de uso e ocupação do solo e memorial descritivo em arquivos digitais e impressos, conforme parâmetros do INCRA e ART do profissional responsável; |
|  | Estudo técnico acompanhado de ART do profissional responsável contendo informações sobre: a inexistência de vegetação nativa ou o estado da cobertura vegetal nativa existente na propriedade matriz, justificativa quanto à inviabilidade da composição parcial ou total da Reserva Legal pelo processo de regeneração natural ou artificial, além da indicação do bioma ao qual está inserida a propriedade matriz, de acordo com os parâmetros do IBGE; |
| **Observação:** No caso de doação em condomínio deverá constar a documentação referente a cada imóvel matriz, no entanto o Estudo Técnico deverá ser único, contendo as informações de todas as propriedades ou posses. |
| **6.1.3 CUSTOS** |
|  | Comprovante de pagamento dos custos de vistoria nos termos da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM nº 2.125/2014.  |

|  |
| --- |
| ANEXO II**OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES REFERENTES AO PROCEDIMENTO DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO** **OF.XX.XX.SISEMA nº XX/14**Localidade, XX de XX de XXXX.**Assunto:** Solicitação faz **Ref. Processo:**Prezado(a) Senhor(a),Solicitamos que sejam apresentados os esclarecimentos e/ou documentos abaixo listados para fins de instrução do processo de análise de doação do imóvel \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ para a Unidade Conservação \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ em atenção aos procedimentos e requisitos legais da Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação, no prazo máximo de 30 dias:* XXXX;
* XXXX;

Informamos que o não atendimento das solicitações acima no prazo estipulado importará no arquivamento do processo em epígrafe.Uma vez promovido o arquivamento dos processos o empreendedor deverá formalizar novo requerimento, mediante novo pagamento dos custos de análise. Atenciosamente,**SUPRAM/ NRRA ou IEF** ANomeEndereço |

|  |
| --- |
| **ANEXO III****PARECER TÉCNICO**Em vistoria realizada no imóvel denominado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, registrado no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/MG, sob o nº X.XXX, situado no município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/MG, com área total de XXX,XXha, ficou constatado que:**Caracterização do Imóvel**(O uso atual do solo discriminando as áreas, em hectares, com cobertura vegetal nativa por bioma, fisionomia e estágio de regeneração, área abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, e/ou a inexistência de cobertura vegetal nativa e sua inviabilidade técnica de regeneração natural para compor a Reserva Legal na propriedade, devidamente justificada; bacia e sub-bacia hidrográfica; atividade desenvolvida no imóvel; presença de APP e seu estado de conservação).**Conclusão**Conclusão sobre a viabilidade técnica (ou não), face à inexistência (existência) de cobertura vegetal nativa e sua inviabilidade (viabilidade) técnica de regeneração natural para compor a Reserva Legal na propriedade.Observação: Verificada a existência de áreas degradadas no interior da propriedade, especialmente áreas de preservação permanente, deverá ser solicitado adesão ao PRA.Assinatura e Data |

|  |
| --- |
| **ANEXO IV****OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO DE DEFERIMENTO DO PROCEDIMENTO DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO** **OF.XX.XX.SISEMA nº XX/14** Localidade, XX de XX de XXXX.**Assunto:** Solicita Documentação**Ref. Processo:**Prezado(a) Senhor(a),Com o objetivo de concluir o processo supramencionado, referente ao requerimento de Compensação de Reserva Legal em Unidade Conservação do empreendimento/imóvel denominado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, NOTIFICO V. Sª para, no prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias**, a contar do recebimento deste, apresentar ao Escritório Regional do IEF da área de abrangência da Unidade de Conservação pretendida, a seguinte documentação:**a) Requerimento de Autorização para Aquisição de Área Localizada em Unidade de Conservação para Fins de Compensação de Reserva Legal;****b) Documentos que identifiquem o proprietário do imóvel receptor:****-** Pessoa física: carteira de Identidade e CPF; comprovante de residência; certidão de casamento expedida há no máximo 90 (noventa) dias, se o proprietário for casado; certidão de nascimento expedida há no máximo 90 (noventa) dias, se o proprietário for solteiro; declaração de existência de união estável; autorização do cônjuge ou companheiro para alienar bem imóvel que possa vir a integrar o patrimônio comum do casal, se o proprietário mantiver vínculo com aquele sob o regime de comunhão de bens; instrumento público de procuração com poderes especiais e expressos para alienar bem imóvel, acompanhado de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador, nos casos em que o proprietário for representado por procurador; certidões negativas de feitos expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, comum e especial, e pela Justiça do Trabalho; certidão negativa expedida pela Receita Federal; certidão negativa de débitos trabalhistas, expedida por meio do sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST; comprovante de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou declaração de que não é empregadora; certidão negativa do cartório distribuidor de protestos.**-** Pessoa jurídica, de direito privado: comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, e de Inscrição Estadual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores; cópia da Carteira de Identidade, CPF e comprovante de endereço do representante legal; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de comprovante de diretoria em exercício; comprovante de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; comprovante de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; registro comercial, no caso de empresa individual; instrumento público de procuração com poderes especiais e expressos para alienar bem imóvel, acompanhado de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador, nos casos em que o proprietário for representado por procurador; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública; comprovante de regularidade de tributos federais e ausência de inscrição em dívida ativa da União; comprovante de regularidade perante a Fazenda Estadual de Minas Gerais; comprovante de regularidade perante a Fazenda Municipal, do respectivo município onde está instalada a pessoa jurídica; certidão negativa do cartório distribuidor de protestos; certidões negativas de feitos expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, comum e especial, e pela Justiça do Trabalho; certidão negativa de débitos trabalhistas, expedida por meio do sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho - TST; certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, em caso de pessoa jurídica de direito privado registrada nesse órgão; certidão de inteiro teor expedida pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em caso de pessoa jurídica de direito privado.- Pessoa jurídica, de direito público: lei autorizativa; termo de posse do prefeito municipal, ou de quem seja competente para alienar imóvel pertencente ao patrimônio do proprietário; instrumento público de procuração com poderes especiais e expressos para alienar bem imóvel, acompanhado de carteira de identidade, CPF e comprovante de residência do procurador, nos casos em que o proprietário for representado por procurador; comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; comprovante de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; comprovante de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.**Observação:** Nos casos de doação de imóvel(eis) com mais de um proprietário deverá constar a documentação referente a cada proprietário.**c) Documentos que identifiquem a propriedade receptora:****-** Protocolo de Inscrição Estadual e Recibo de Inscrição do Imóvel no CAR;- Certidão de Inteiro Teor expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, atualizada, com data de emissão não superior a 30 dias;- Certidão Negativa de Ônus Reais, atualizada, com data de emissão não superior a 30 dias;- Certidão de Ações Reais e Pessoais Reipersecutórias, com data de emissão não superior a 30 dias;- Planta georreferenciada e memorial descritivo em arquivos digitais e impressos, conforme parâmetros do INCRA, com a devida ART do profissional responsável, no caso de doação em condomínio deverá constar na planta da propriedade receptora a identificação territorial da gleba referente a cada imóvel matriz;- Prova de quitação do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR junto ao INCRA, correspondentes aos últimos quatro anos;- Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural;- Declaração escrita de anuência do proprietário do imóvel receptor, conforme modelo (**ANEXO XI).**Ressalta-se que o não cumprimento do prazo acima estipulado acarretará o arquivamento do processo em epígrafe, tendo em vista a inexistência de elementos essenciais à sua conclusão. Esclarecemos ainda que, uma vez promovido o arquivamento do processo o empreendedor deverá formalizar novo requerimento, mediante novo pagamento dos custos de análise.Atenciosamente,SUPRAM ou NRRAANomeEndereço |

|  |
| --- |
| **ANEXO V****AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**Para fins de Autorização **para Realização do Procedimento da Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação** de imóveis rurais conforme art. 38 da Lei nº 20.922 de 2013, e Deliberação Normativa n° 200/2014, o NRRA/SUPRAM \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ declara para os devidos fins que a propriedade matriz \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome do imóvel), conforme informações prestadas na formalização do Processo n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, atende as especificações necessárias para aplicação do procedimento.Para subsídios de informações, o imóvel requerente está inserido no bioma \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. As informações citadas podem ser corroboradas por meio do Estudo Técnico apresentado. Localidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nome legível/MASP/Assinatura do responsável legal |

|  |
| --- |
| **ANEXO VI****OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DO PROCEDIMENTO DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO** **OF.XX.XX.SISEMA nº XX/14** Localidade, XX de XX de XXXX.**Assunto:** Arquivamento do Processo de Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação **Ref. Processo:**Prezado(a) Senhor(a),Comunicamos que, após a análise do imóvel \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, foi possível verificar que a modalidade de Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação não se aplica ao caso, face à inadequação aos dispositivos legais vigentes, razão pela qual deverá optar por outras modalidades de regularização da Reserva Legal do imóvel.Informamos ainda o arquivamento do processo em epígrafe. Atenciosamente,SUPRAM ou NRRAANomeEndereço |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ANEXO VII**AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ÁREA LOCALIZADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARA FINS DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL****ESCRITÓRIO REGIONAL RESPONSÁVEL: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Nº Protocolo do Processo de Compensação emitido pelo NRRA/SUPRAM:**

|  |
| --- |
| **1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**  |
| 1.1 Nome: | 1.2 CPF/CNPJ: |
| 1.3 Endereço: | 1.4 Bairro: |
| 1.5 Município: | 1.6 UF: | 1.7 CEP: |
| 1.8 Telefone(s): | 1.9 e-mail: |
| 1.10 Proprietário do Imóvel ( ) Arrendatário ( ) Comodatário ( ) Outro: |
| **Observação: Caso a solicitação seja feita através de Procuração, o instrumento deverá ser anexado à Autorização para Aquisição de Área Localizada em Unidade de Conservação para fins de Compensação de Reserva Legal.**  |
| **2. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL MATRIZ** |
| 2.1 Denominação: | 2.2 Área total (ha):  |
| 2.3 Município/Distrito:  | 2.4 INCRA (CCIR) |
| 2.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: Livro: Folha: Comarca: |
| 2.6 Nº registro da Posse no Cartório de Notas: Livro: Folha: Comarca:  |
| **3. COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO** |
| Área pretendida na UC.........................................ha |
| Nome da Unidade de Conservação: |
| Município (s): |
| Bacia (s) hidrográfica: |
| Coordenada plana do imóvel receptor(UTM) (X) (Y) , Datum\_\_\_\_\_\_\_, Fuso\_\_\_\_\_\_\_\_\_,  |
| **4. BIOMA(S) EM QUE SE LOCALIZA O IMÓVEL RECEPTOR** |
| Caatinga ( ) Cerrado ( ) Mata Atlântica ( )  |
| **5. SITUAÇÃO AMBIENTAL DA ÁREA DOADA** |
| **6. AUTORIZAÇÃO DO IEF**  |
| Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins que a Unidade Conservação \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ está passível a receber a área pretendida na modalidade de Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação, e atende aos critérios estabelecidos conforme legislação vigente (artigo 38 da Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e Deliberação Normativa COPAM nº 200/2014). A área encontra-se inserida nos limites da Unidade de Conservação, não está invadida ou ocupada por terceiros e não pertence aos domínios do Instituto Estadual de Florestas ou de outros órgãos públicos e autarquias estatais.A presente autorização refere-se exclusivamente a verificação da viabilidade técnica para receber a propriedade para fins de regularização fundiária.  |
| **8. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL**  |
| Nome: |
| MASP: |
| Cargo: |
| Assinatura: |
| **9. DATA:** |

 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ANEXO VIII**REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ÁREA LOCALIZADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARA FINS DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL** Senhor Chefe do Escritório Regional,Venho requerer a V.S.ª a **Autorização para Aquisição de Área Localizada em Unidade de Conservação para fins de Compensação de Reserva Legal**, conforme Instrução de Serviço nº 02/2014, para o imóvel \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, processo n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme Autorização para Realização do Procedimento de Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação, emitida pelo NRRA e/ou SUPRAM \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

|  |
| --- |
| **1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**  |
| 1.1 Nome: | 1.2 CPF/CNPJ: |
| 1.3 Endereço: | 1.4 Bairro: |
| 1.5 Município: | 1.6 UF: | 1.7 CEP: |
| 1.8 Telefone(s): | 1.9 e-mail: |
| 1.10 Proprietário do Imóvel ( ) Arrendatário ( ) Comodatário ( ) Outro: |
| **Observação: Caso a solicitação seja feita através de Procuração, o instrumento deverá ser anexado à Autorização para Aquisição de Área localizada em Unidade de Conservação para fins de Compensação de Reserva Legal.** |
| **2. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL MATRIZ** |
| 2.1 Denominação: | 2.2 Área total (ha):  |
| 2.3 Município/Distrito:  | 2.4 INCRA (CCIR): |
| 2.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: Livro: Folha: Comarca: |
| 2.6 Nº registro da Posse no Cartório de Notas: Livro: Folha: Comarca:  |
| 2.7 Nº do Protocolo de Inscrição do Imóvel no SICARMG: |
| 2.8 Nº do Recibo de Inscrição do Imóvel no CAR: |
| **3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RECEPTOR** |
| 3.1 Nome: | 3.2 CPF/CNPJ: |
| 3.3 Endereço: | 3.4 Bairro: |
| 3.5 Município: | 3.6 UF: | 3.7 CEP: |
| 3.8 Telefone(s): | 3.9 e-mail: |
| **4. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL RECEPTOR** |
| 4.1 Denominação: | 4.2 Área total (ha):  |
| 4.3 Município/Distrito:  | 4.4 INCRA (CCIR): |
| 4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: Livro: Folha: Comarca: |
| 4.6 Nº do Protocolo de Inscrição do Imóvel no SICARMG: |
| 4.7 Nº do Recibo de Inscrição do Imóvel no CAR: |

|  |
| --- |
| **5 BIOMA**  |
| 5.1 O bioma dos imóveis matriz e receptor é o mesmo ( ) SIM ( ) NÃO. Caso não seja o mesmo bioma o processo será indeferido.  |
| 5.2 Informar o bioma onde estão inseridos os imóveis matriz e receptor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| **6 COMPENSAÇÃO DA RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO** |
| 7.1 Área pretendida no interior de UC.........................................ha |
| 7.2 Nome da Unidade de Conservação: |
| 7.3 Município:  |
| 7.4 Bacia hidrográfica: |
| 7.5 Coordenada plana do imóvel receptor (UTM) (X) (Y) , Datum\_\_\_\_\_\_\_, Fuso\_\_\_\_\_\_\_\_\_,  |

Local, \_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_.Atenciosamente,\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Nome e assinatura legível)Ao Senhor Nome do DestinatárioUnidade Regional do IEF |

|  |
| --- |
| **ANEXO IX****OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DA ÁREA PROPOSTA PARA FINS DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO** **OF.XX.XXSISEMA nº XX/14** Localidade, XX de XX de XXXX.**Assunto:** Comunicação faz **Ref. Processo:**Prezado(a) Senhor(a),Comunicamos que, após a análise da área proposta para fins de Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação inserida na UC \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, foi possível verificar que a mesma **não atende** aos requisitos legalmente previstos razão pela qual deverá indicar outra área no prazo máximo de 30 dias sob pena de arquivamento do processo.  Atenciosamente,Chefe do Escritório Regional do IEFANomeEndereço |

#

|  |
| --- |
| **ANEXO X****OFÍCIO DE NOTIFICAÇÃO DE DEFERIMENTO DA ÁREA PROPOSTA PARA FINS DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO** **OF.XX.XX.SISEMA nº XX/14** Localidade, XX de XX de XXXX.**Assunto:** Comunicação faz **Ref. Processo:**Prezado(a) Senhor(a),Comunicamos que, após a análise da área proposta para fins de Compensação de Reserva Legal em Unidade de Conservação inserida na UC \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, foi possível verificar que a mesma **atende** aos requisitos legalmente previstos.  Caso seja concretizada a aquisição do imóvel na referida UC deverá ser providenciada a retificação da titularidade no SICARMG. Atenciosamente,Chefe do Escritório Regional do IEFANomeEndereço  |

|  |
| --- |
| ANEXO XI**ANUÊNCIA DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RECEPTOR PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ÁREA LOCALIZADA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARA FINS DE COMPENSAÇÃO DE RESERVA LEGAL****Ao Chefe do Escritório Regional do Instituto Estadual de Florestas,** Pela presente, o proprietário do imóvel receptor, (nome) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,(nacionalidade)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (profissão),\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (estado civil) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito no CPF/CNPJ sob o n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, n°\_\_\_\_\_, complemento \_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_MG, **declara** que é proprietário do imóvel denominado \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito na matrícula de n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, do município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e que está oferecendo a propriedade à venda, conforme proposta por (nome do requerente) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para fins de compensação de Reserva Legal, envolvendo a doação de áreas no interior de Unidades de Conservação Estaduais de Domínio Público, pendentes de regularização fundiária, ao IEF. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_ de 2014. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **(Nome legível e Assinatura - Requerente)**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**(Nome legível e Assinatura - Proprietário da área receptora)** |